

**OS ACHADOS DO COLÉGIO DE JESUS: 260 ANOS DEPOIS,  
O LEGADO DE UM JESUÍTA EXILADO**  
***THE FINDINGS OF COLÉGIO DE JESUS: 260 YEARS LATER,  
THE LEGACY OF AN EXILED JESUIT***

**Carlota Miranda Urbano**  
Universidade de Coimbra  
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da UC  
Faculdade de Letras da UC  
ORCID: 0000-0002-8073-6792

**Margarida Miranda**  
Universidade de Coimbra  
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da UC  
Faculdade de Letras da UC  
ORCID: 0000-0002-3129-6356

**Resumo:** Em 1759, mesmo em vésperas da expulsão, um Jesuíta chamado António de Vasconcelos quebrou o cerco dos soldados que ocupavam o colégio e escondeu um pequeno tesouro, na face posterior das colunas de um dos altares da igreja. Com essa ousadia, o Jesuíta salvava da destruição um notável conjunto de documentos que inclui desde cartas de Santo Inácio até um manuscrito historiográfico (cuja composição é subitamente interrompida em 1759). O esconderijo permaneceu no silêncio por mais de 250 anos.

O nosso estudo consiste em analisar as circunstâncias históricas que estão por trás desta colecção e apresentar o *corpus* textual, feito de documentos que vão desde o século XVI (a carta mais antiga é de 1542) até ao século XVIII.

Tais documentos permitirão reexaminar os primeiros momentos da Província portuguesa da Companhia de Jesus e conhecer melhor a história de uma das instituições que marcaram mais profundamente a vida intelectual europeia no início da era moderna.

**Palavras-chave:** Colégio de Jesus, Inácio de Loyola, Expulsão, António Vieira, Fontes Historiográficas

**Abstract:** In 1759, just on the eve of the expulsion, a Jesuit named António de Vasconcelos broke the siege of the soldiers who occupied the Colégio de Jesus and hid a small treasure on the back of the columns of one of the church's altars. With this boldness, the Jesuit saved from destruction a remarkable set of documents including letters from Santo Inácio and a historiographic manuscript (whose composition is suddenly interrupted in 1759). The hiding place remained secret for more than 250 years.

Our study consists of analyzing the historical circumstances behind this collection and presenting the textual *corpus*, made up of documents that go from the 16th century (the oldest letter is from 1542) to the 18th century.

Such documents will make it possible to reexamine the first moments of the Portuguese Province of the Companhia de Jesus and learn more about the history of one of the institutions that most profoundly marked European intellectual life at the beginning of the modern era.

**Keywords:** College of Jesus, Ignatius of Loyola, Expulsion, António Vieira, Historiographic Sources

## 0. Um segredo no Altar da Coroação

Quando passamos ao lado da Catedral de Coimbra, nem sempre temos presente que aquela foi a igreja do Colégio de Jesus, construída ao longo de um século (entre 1598 – 1698)<sup>1</sup>; nem sempre imaginamos que espaços como este possam ainda ocultar segredos acerca do seu passado e dos homens que os habitaram.

A Fábrica da Sé Nova também não imaginava; mas ciente do elevado património que tem à sua guarda, empreendeu obras de limpeza e restauro de vários altares e confiou-as a uma equipa de profissionais. Estas obras brindaram-nos não só com o brilho do ouro recuperado na talha mas também com a luz lançada sobre um esconderijo que se mantivera oculto por mais de 250 anos.

O restauro do Altar da Coroação e Assunção da Virgem, no transepto do lado do Evangelho (ou seja, à esquerda da Capela Mor), guardava um inesperado tesouro (Fig. 1). A técnica de restauro aspirava o interior das quatro colunas, quando encontrou um objeto em forma de cunha, colocado no interior de uma das colunas, do lado

---

<sup>1</sup> A construção do Colégio de Jesus teve início em 1547, mas a construção da igreja só começou em 1598 e estendeu-se ao longo de um século, até 1698, quando foi concluída a capela-mor e o transepto. António de Vasconcelos 1939: 41-42.

direito do altar (Fig. 2). Na face posterior da coluna encontrava-se uma caixa de madeira que continha um pequeno crucifixo de marfim cuidadosamente envolvido naquilo que parece ser estopa de linho. Nessa mesma coluna (a coluna interior do lado direito do altar) encontrava-se ainda um saco em formato cilíndrico, de pano branco muito escurecido pelo tempo. O seu interior guardava um grosso volume manuscrito e dentro dele um caderno de menor dimensão.

Surpreendida pelo sucedido, a técnica do restauro decidiu examinar as restantes colunas dos espaços congéneres da igreja, para se certificar de que nada ficava esquecido. E acabou por encontrar um novo conjunto. Na coluna interior à esquerda do altar encontravam-se dois objetos: um códice enrolado em cilindro (de modo a caber no interior da coluna), que por sua vez continha um macete de cartas atadas por um cordel; e uma bolsa de serapilheira identificada pelo nome António de Vasconcelos (Fig. 3), contendo vários embrulhos de pano (de 12-14 cm) cuidadosamente fechados a ponto de costura e identificados por fora bem como um último embrulho com o mesmo formato mas em papel. Esta descoberta foi comunicada ao Cónego Sertório Baptista Martins que, em sabendo tratar-se de escritos ligados aos Jesuítas, solicitou a nossa colaboração para uma primeira apreciação do material.

Numa reunião então havida com a Diocese e a Fábrica da Sé (a quem pertence a custódia dos documentos), foi decidido reconstituir o episódio do achado recorrendo a um depoimento escrito pela técnica, recuperar as primeiras fotografias e anexá-las ao depoimento, designar um espaço adequado à conservação dos documentos e, por fim, pedir a colaboração do Arquivo da Universidade de Coimbra para orientar o acondicionamento do acervo, antes de proceder ao seu inventário. E só então passar à digitalização da totalidade dos documentos, disponibilizando-os à comunidade científica<sup>2</sup>.

Antes mesmo de terminarmos o inventário, não foi difícil compreender a origem deste pequeno tesouro. O recorte temporal dos

---

<sup>2</sup> Terminado o inventário, é intenção da Sé de Coimbra que o catálogo seja introduzido no Portal Cesareia (Catálogo Coletivo das Bibliotecas Eclesiais Portuguesas) por meio da Biblioteca do Seminário, que já integra aquele Projeto, disponibilizando assim o Fundo documental em rede com os diversos núcleos de Bibliotecas da Igreja em Portugal. O acondicionamento do acervo deveu-se portanto à generosidade desinteressada do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – que nos cedeu os cartões de diferentes gramagens para guardar os documentos – e deveu-se ainda à gentileza da Dr<sup>a</sup> Ana Maria Bandeira (Técnica Superior no AUC com longa experiência no âmbito do tratamento arquivístico de fundos documentais, quer da Universidade quer de Colégios da Companhia de Jesus) que nos acompanhou no acondicionamento, higienização e identificação de cada conjunto.

documentos examinados deu-nos desde logo a sua chave: se os mais antigos remontam ao século XVI (a carta mais antiga é de Santo Inácio, escrita em 18 de Março de 1542), os textos mais recentes têm a data de Setembro de 1759, ou seja, são contemporâneos do decreto de expulsão dos Jesuítas, de 3 de Setembro de 1759, e dos acontecimentos que precederam a partida dos últimos jesuítas de Coimbra, a 24 de Outubro daquele ano.

## 1. A expulsão do Colégio de Coimbra

De acordo com o relato do Padre José Caeiro<sup>3</sup>, o colégio de Coimbra foi cercado por soldados na noite que precedeu o dia 15 de Fevereiro de 1759 (1995, vol. III p. 139). Os jesuítas tinham tomado conhecimento da Carta Régia que determinava o cerco, três dias antes. Desde a manhã de 15 de Fevereiro, quando entraram no Colégio as forças militares, até ao dia da partida dos últimos (24 de Outubro), os jesuítas viveram num progressivo e rigoroso isolamento do exterior. Houve desde o início o cuidado de que nenhuma carta ou notícia do que se passava fora chegasse aos jesuítas. Não lhes era permitido receber cartas ou presentes. E quando em Julho lhes foi concedido descer à cerca do colégio e demorar-se algum tempo nos quintais, foi reforçada a vigilância com maior número de sentinelas que percorriam a cerca permanentemente. Quando os padres regressavam a casa, eram contados um a um.

Por causa do cerco, os estudos foram interrompidos, mas três dias depois já tinham sido retomados, diz o P. Caeiro, em locais adequados, dentro do colégio (p.164). Com efeito, a parte do edifício destinada às aulas tinha sido ocupada pela infantaria, que ali praticava tudo quanto se faz habitualmente num quartel (p.157). A livraria foi encerrada e os jesuítas proibidos de usar os livros, o que, naturalmente, prejudicava o desenvolvimento dos estudos. Só um insistente pedido dos padres fez com que o desembargador Castro enviasse uma súplica à Relação do Porto e dali à autoridade competente. A resposta, chegada em Junho, permitia que, excepcionalmente, o desembargador Castro, na posse das chaves, entregasse por suas mãos os livros a quem os pedisse, com o devido registo. Isto, porém, segundo Caeiro, viria a acontecer apenas por duas vezes.

Para reforçar o isolamento dos padres e os separar dos soldados, que sempre podiam favorecer fuga de informação, cerraram-se portas com trancas de madeira ou mesmo com cal e cimento. Houve ainda

---

<sup>3</sup> José Caeiro, 1995.

um cuidado especial com a igreja do Colégio, onde as entradas eram muito restritas e sempre vigiadas. O Padre Caeiro refere mesmo o incômodo que constituía para os muitos sacerdotes que havia no Colégio, a celebração da Missa em pouquíssimos altares, pois apenas alguns estavam acessíveis (p.157). Os sacerdotes de fora (não jesuítas) que tinham obrigação de celebrar nas capelas da igreja do Colégio deveriam trazer consigo as alfaias sagradas e os paramentos, e no fim tudo era cuidadosamente examinado, para que nada do exterior pudesse ficar no Colégio, nem nada do Colégio pudesse sair. Tudo o que havia no colégio, fosse armazém, igreja, despensa, foi inventariado. A tipografia e a farmácia foram vendidas. O desembargador quis fazer leilão de livros mas o reitor, Pedro da Fonseca, ousou opor-se, alegando que tal coisa não fora determinada pelo rei. Mesmo assim, segundo o mesmo relato, o desembargador retirou todos os escritos até então conservados no arquivo, distribuindo-os por escolas vizinhas.

No dia 30 de Setembro, os jesuítas receberam ordens para permanecerem nos seus quartos depois de jantar; os professos de quatro votos e os coadjutores formados receberam a notícia de que deviam partir naquela noite.

No parecer do Padre Caeiro, o desembargador que liderava o cerco esperava que, sem a presença dos superiores, os mais novos se deixassem abater pela falta de orientação. Na verdade, porém, estes logo elegeram um reitor (o mais velho por nascimento), que organizou a casa, provendo os restantes cargos e tratando que os estudos das Letras recomeçassem, como sempre, a 1 de Outubro (o dia seguinte), nomeando para isso os professores necessários.

No seu relato, o Padre Caeiro refere ainda várias manobras e tentativas do desembargador Castro no sentido de convencer este grupo a demitir-se da Companhia. *In extremis*, tudo lhes foi permitido, desde visitas de parentes e amigos à permissão para receber e enviar cartas, mas a grande maioria manteve a determinação de permanecer na Companhia de Jesus.

Finalmente, no dia 24 de Outubro de 1759, também os últimos foram forçados a partir. Pela manhã foram avisados de que era o seu último dia ali; que deviam fazer uma lista das coisas que iam deixar em cada quarto, que escrevessem o seu nome na porta e permanecessem no seu quarto depois de jantar. De tarde, dois secretários devidamente escoltados percorreram os quartos, anunciando que quem desejasse sair da Companhia o podia fazer até à uma da noite. Os restantes seriam à mesma hora levados para o exílio. Os restantes foram 141 jesuítas, entre padres sem a profissão solene, estudantes de Filosofia, estudantes de Retórica, irmãos

coadjutores, noviços e noviços coadjutores. Apenas dois jovens do curso de filosofia, tinham deixado a Companhia.

Quando saíram dos seus quartos, descreve o Padre Caeiro, os jesuítas “visitaram, com grande sentimento religioso a igreja, a capela e os outros locais do colégio (...) e beijaram as paredes e o chão”.

Neste grupo dos mais jovens, partia de Coimbra para uma difícil viagem até ao exílio, o Padre António de Vasconcelos, a quem devemos este legado. Efetivamente o seu nome surge na lista dos últimos exilados elaborada por José Caeiro (1995: vol. III, p. 307).

## **2. O gesto do P. António de Vasconcelos (Outubro de 1759)**

Foi aquele jovem jesuíta que nos legou este tesouro, procurando salvar da destruição o que considerava mais valioso: as suas memórias pessoais e as memórias da Companhia ameaçada. Para isso subiu ao altar da Coroação e Assunção da Virgem e ali depositou o conjunto, talvez na esperança de um dia regressar e poder reaver aquilo que era por todos os meios impedido de levar consigo.

O crucifixo era provavelmente aquele diante do qual pronunciara os seus votos religiosos e que deveria acompanhá-lo pela vida fora. As cartas reunidas no macete eram cartas dos tempos fundacionais, da autoria de Santo Inácio, S. Francisco Xavier, e João de Polanco. Além das cartas, o jesuíta conservou dois volumes manuscritos: um de controvérsia religiosa e teológica e outro do Padre António Vieira; e por fim uma bolsa de serapilheira (Fig. 4) contendo um conjunto de pequenos embrulhos bem fechados, cinco ao todo: um único embrulho de papel identificado com o monograma AV e quatro de pano, identificados com o nome de Ant. de Vasconcelos e com as designações “*Apontam. e Nom.*”, “*Cartas m<sup>bs</sup> e a<sup>lb</sup>*”, “*Matrim.*” (Fig. 5).

Tendo em conta o relato do P. Caeiro sobre os factos vividos no Colégio de Coimbra entre Fevereiro e Outubro, quando os últimos foram levados para o exílio, imaginamos que não teria sido nada fácil para António de Vasconcelos ter acesso à igreja e trepar ao altar para esconder seu ‘tesouro’. Surpreende-nos também como teria conseguido reunir e manter um conjunto de manuscritos tão importantes como cartas dos fundadores, pois essas estariam certamente ou na posse do superior ou num Arquivo em lugar seguro. Mas o relato de Caeiro que nos descreve o rigor da vigilância, também revela os momentos em que ela poderia ter sido vencida.

Não sabemos se António de Vasconcelos pediu os livros e escapou ao controle da devolução, ou se os teria na sua posse aquando do cerco, conseguindo mantê-los no quarto sem os declarar; ou

ainda se um dos padres mais velhos os teria consigo juntamente com o conjunto de cartas, conseguindo passá-los a António de Vasconcelos antes da partida dos primeiros, a 30 de Setembro. Sobretudo o conjunto das cartas do séc. XVI faz pensar nesta última hipótese, e o relato do P. Caeiro fala-nos de um momento em que isso teria sido possível. Quando foram avisados de que os professos e coadjutores deveriam partir, devendo-se manter todos nos seus quartos depois de jantar, os mais jovens pediram que os deixassem sair, a fim de prepararem a ceia para os mais velhos que iam viajar. E assim aconteceu. E preparada a ceia “distribuíram-se por todos as coisas que deviam levar para a ceia a fim de cada um poder entrar nos quartos dos outros” (Caeiro, 1995, vol. III: 264).

Segundo Caeiro, esta foi uma ocasião para os mais velhos fortalecerem moralmente os mais novos, mas poderá ter sido igualmente ocasião para que alguns mais velhos entregassem aos mais novos o que consideravam mais valioso.

Mas como e quando teria chegado ao altar lateral da Igreja, António Vasconcelos? É certo que, antes da partida, os mais jovens visitaram a Igreja, mas teria sido impossível trepar ao altar sem ser notado. A igreja, como se disse, era objeto de apertada vigilância, no entanto, o Padre Caeiro deixa na sua relação uma pequena nota que pode explicar como, apesar de tudo, foi possível ao jesuíta aceder àquele lugar. Diz o seu relato (p. 157) que

“... uma das principais cancelas da igreja, que dava acesso para o altar de Nossa Senhora, era manobrada por um militar com extraordinária confiança nos jesuítas... de maneira que nada sucedeu, em toda a duração do cerco, sobre que ele não informasse os jesuítas com admirável habilidade e constância.

Muito provavelmente, António Vasconcelos deveu à cumplicidade deste guarda a entrada na igreja para rezar ‘mais demoradamente’...”

### **3. Descrição do *corpus***

Descrevemos agora de forma sumária o conteúdo das cerca de 1000 páginas que constituem o *corpus*, agrupando-o em quatro secções distintas.

3.1. Documentos fundacionais – o macete de cartas atadas por cordel corresponde a um conjunto de documentos de elevado poder simbólico. O interesse do investigador aumenta com a inscrição que

se lê na face superior, sob o cordel (Fig. 6): *Soli sup<sup>ri</sup>/õ[m]nes hae epistolae Coñimbricae* (“Somente o Superior deve ter estas cartas em Coimbra”). São cartas dos fundadores, na sua maioria enviadas de Roma pelo Governo central, por Inácio de Loyola e por João de Polanco, seu assistente e secretário pessoal, mas também enviadas de Cochim, na Índia, por S. Francisco Xavier, ou enviadas de Lisboa para Roma, como alguns textos de Dom João III. O monarca responsável pelo bom acolhimento da Companhia no reino antes mesmo da sua confirmação pela Sé Apostólica, escreve para diferentes destinatários, acerca do P. Luís Gonçalves da Câmara e das obras da Companhia de Jesus que, em 1553, o jesuíta deveria representar em Roma.

De Santo Inácio conservam-se pelo menos sete cartas diferentes: duas a Simão Rodrigues, uma de 1542 sobre a necessidade de exprimir toda a gratidão para com o rei de Portugal; outra de 1545, dando-lhe autorização para viajar a Roma<sup>4</sup>; uma carta de 1552 (a célebre *carta sobre a obediência*); e ainda quatro cartas do ano de 1555: uma dirigida ao P. João Nunes Barreto que fora nomeado patriarca da Etiópia; uma carta a D. João III, sobre assuntos relacionados com Dom Teodósio, duque de Bragança; uma carta a Diogo de Mirão, provincial, sobre questões relacionadas com a Índia, nomeadamente as relações entre o Patriarca eleito, o Provincial da Índia e o Visitador [da Companhia] e as obrigações de obediência de cada um; e por fim uma carta dirigida ao P. Francisco [Borja?] e aos Provinciais e Reitores dos Colégios da Companhia em Espanha e Portugal (22 de Outubro), esta última sobre o envio do P. Luís Gonçalves da Câmara a Portugal, acompanhado de alguns escolares incluindo Bernardo Japão, o primeiro japonês que visitou a Europa em 1553 e morreu em Portugal em 1557, depois de ter permanecido em Roma por 10 meses.

No âmbito do Seminário *Humanismo Renascentista em Portugal* do Mestrado de Estudos Clássicos, estas cartas foram objeto de trabalho e, na maioria dos casos, identificada a sua publicação nos vastíssimos *Monumenta Historica Societatis Iesu* com que a Companhia de há muito preserva sistematicamente a sua memória. Para que a correspondência mantida entre os Jesuítas circulasse efetivamente, estas cartas eram escritas em diversas cópias, como acontece, por exemplo, na carta de Santo Inácio de 17 de Fevereiro de 1552 acerca da obediência, onde se lê: “Treslado de uã do p.e Ignatio sobre a obediência”.

No entanto, temos boas razões para pensar que há pelo menos uma carta que podemos considerar autógrafa: a carta de Santo Inácio a Simão Rodrigues, de 22 de Agosto de 1545, em que o primeiro lhe

---

<sup>4</sup> Esta tem a assinatura recortada.

concede autorização para ir a Roma (Fig. 7). A devoção de alguém pelo nome do santo fundador fez com que a assinatura de Inácio de Loyola fosse recortada, com fazia na Índia S. Francisco Xavier, para conservar consigo a memória do afeto que o ligava aos companheiros que lhe escreviam para o longínquo exílio.

3.2. Controvérsia teológica e religiosa – Numa segunda secção, encontramos um volume de controvérsia teológica e religiosa que traz consigo o nome de Francisco Soares [Lusitano] e a data de 1652 (Fig. 8). Corresponde a um conjunto daquilo que se designava *Conclusiones* mas que também podia designar-se por *theses*, *quaestiones*, ou no singular, *dissertatio* ou *disputatio*. As anotações manuscritas à margem do texto identificam a origem do códice: “Livro q[ue] o P[adre] M[anu]el P[ere]ira, lente de prima no C[olég]io de S[ant]o Antão emprestou ao P[adr]e Manuel [?Carvalho]”. E ainda:

Applicado ao C[olég]io de Coimbra pelo P[adr]e Manoel Pereyra da Comp[anhia] de Jesus Lente de Prima de Theologia na Universidade de Évora, p[ara] q[ue] se guarde e conste a todo o tempo das dúvidas que no dito Col. houve entre o P[adr]e e Franc[is]co] Soares Lusitano e os R.<sup>dos</sup> P.<sup>es</sup> Dominicicos. (Fig. 9)<sup>5</sup>

O códice reúne dois conjuntos de *Conclusiones* defendidas por jesuítas (Francisco Soares [Lusitano], presidente e Manuel Pereira, defendente) em 20 de Fevereiro e em 15 de Março de 1652; e um terceiro conjunto de *Conclusiones* defendidas por dominicanos, em 20 de Março do mesmo ano. A cada conjunto de *Conclusiones* impressas correspondem comentários manuscritos de extensão muito desigual, em páginas de densa caligrafia. O códice guarda cerca de 400 páginas do contributo de jesuítas e dominicanos para a célebre controvérsia do livre arbítrio, que ocupou filósofos e teólogos desde o século XVI. Intensificada pelas doutrinas luteranas e calvinistas da predestinação e transcendência absoluta de Deus, a polémica não se esgotara no magistério de Luís de Molina, em Évora, ou de Pedro da Fonseca em Coimbra, no século XVI. O debate continuava apaixonado

---

<sup>5</sup> Na lombada lê-se: *Ex Vniu[ersa]. Theologia a P.<sup>e</sup> Emmanuele Pereyra (Collegio Connimbricensi)*. A inscrição sobre a lombada convoca à discussão sobre a autoria das teses. Na verdade, a descrição mais extensa do título aponta dois responsáveis intelectuais: o presidente, i.e. o professor, sempre objeto de maior relevo tipográfico, e o defendente, i.e. o aluno. De quem seria a responsabilidade intelectual das teses? Roque Cabral (1999: 185-187) afirma que não temos condições para atribuir as questões ao mestre ou ao aluno. No entanto, João Pereira Gomes (1961: 397-427) estudou o assunto e afirmou que o autor é o professor.

um século depois, como se vê por estes apontamentos, onde aliás se lê (Fig. 10): *Disputatio publica cum Patribus Dominicanis circa materiam de Auxiliis Divinae Gratiae* (p. 255).

E não se pense que os temas de debate se circunscreviam a questões de fé e teologia. O conteúdo destas *conclusiones* correspondia à matéria das aulas: cada aluno devia dar conta de um certo número de *conclusões* ou *teses*, previamente impressas e tornadas públicas. Assim as cinquenta conclusões de Francisco Soares e Manuel Pereira incluem questões como: se um herege batizado por medo e à força incorre em penas; se é lícito receber dinheiro de um usurário, ou juramento de um pagão; sobre a obrigatoriedade dos votos e juramentos; questões sobre justiça e direito: se o filho pode alienar, penhorar ou hipotecar bens cujo uso-fruto pertence ao pai; sobre a validade de contratos celebrados ao calor da fúria; sobre aborto e homicídio (se, na dúvida de o feto estar vivo, dando causa a um aborto, há ou não pena; se um exilado pode ser morto em território alheio); sobre o matrimónio (se os surdos-mudos de nascença podem contrair matrimónio válido) e até sobre o poder do Papa (se o Sumo-Pontífice pode ser destituído num concílio universal)... As mais diversas questões da atualidade eram trazidas ao debate escolar e examinadas em todas as suas consequências argumentativas, num espaço de estímulo ao pensamento pessoal e à crítica.

3.3. *Clavis Prophetarum* – Como terceira secção temos um manuscrito da *Clavis Prophetarum* do P. António Vieira que chegou até nós em excelente estado de conservação. Compõe-se de uma junção de seis cadernos cosidos, num total de cerca de 500 pp. e uma página de título (Fig. 11):

*Clavis Prophetarum / verum eorum sensum aperiens/ Ad rectam Regni Christi in terris consummati/ Intelligentiam assequendam,/ A P. Antonio Vieyra Societatis Iesu/ Summo studio elaborata,/ sed morte praeueniente non absoluta, / Nec ultima manu expoliata./ Opus posthumum, ac desideratissimum./ A Collegio Bahiensi/ Ad admodum R. P. N. Thyrsus Gonzales/ Eiusdem Societatis Praepositum g[enera]lem/ Missum/ Anno MDCXCIX.*

“Chave dos profetas que abre o seu verdadeiro sentido, para alcançar uma recta compreensão do reino de Cristo consumado na terra; elaborada com apurado estudo pelo Padre António Vieira da Companhia de Jesus mas, em virtude da sua morte, não acabada nem revista pela sua última mão. Obra póstuma e desejadíssima. Enviada pelo Colégio da Baía ao muito reverendo Nosso Padre Thyrsus Gonçalves, prepósito Geral da mesma Companhia. Ano 1699.”

Antes ainda do texto, pode ler-se “*Clavis Prophetarum* copiado pelo P. Jeronymo de Castillo e aplicado a este Collegio de Coimbra pelo P. André de Barros”.

O Padre Castilho (1674-1730), célebre mestre de Humanidades no seu tempo, ensinou em Coimbra e em Évora depois de ter estudado Teologia em Roma. Aqui terá feito esta cópia e terá trazido ainda outra cópia, como informa uma nota escrita na margem da p. 474.

O Padre André de Barros (1675-1754), o primeiro biógrafo do Padre António Vieira, estudou e ensinou em Coimbra e, como este manuscrito indica, manuseou a *Clavis* no seu magistério. Este manuscrito é mais um documento da sua proximidade com o texto da *Clavis* que estudou e comentou.<sup>6</sup>

Além de outras novidades que poderá trazer, este documento testemunha a censura exercida pela própria Companhia de Jesus sobre o texto, como informa o próprio copista: *Sequuntur pauci uersus qui a censore quodam nostrae Societatis deleti sunt...* (seguem-se alguns versos que foram apagados por um censor da nossa Companhia).

São todos estes aspetos que aguardam uma investigação cuidada que os esclareça.

3.4. Documentos coevos da expulsão – A quarta e última secção corresponde aos documentos coevos da expulsão, nomeadamente um caderno de matéria hagiográfica e o espólio pessoal de António de Vasconcelos.

O Caderno encontrava-se no interior das *Conclusiones* e não no saco de serapilheira identificado com o nome António de Vasconcelos, o que significa que poderia não pertencer ao espólio pessoal do jesuíta. É composto de oito fólios e tem 15 páginas. Trata-se de uma biografia da então famosa Soror Maria Joana do Lourçal, uma religiosa que deu que falar no seu tempo e cujas visões, conhecidas depois da sua morte, foram entendidas pelo desditoso jesuíta Gabriel Malagrida como profecia do terramoto que abalou Lisboa em 1755. É o que ele defende no seu opúsculo *Juízo da verdadeira causa do terramoto que padeceu a corte de Lisboa em 1 de Novembro de 1755*, de 1756. Este depoimento foi escrito por uma irmã de sangue de Joana do Lourçal que a acompanhou na vida religiosa e com quem conviveu desde a infância. A autora fê-lo no contexto do processo informativo da *Vida, virtudes*

---

<sup>6</sup> Recorde-se que André de Barros editou em 1736 as *Vozes Saudosas da Eloquência*, que reúnem desde textos do próprio Vieira a textos sobre Vieira, como é o caso da leitura crítica da *Clavis* pelo Padre António Casnedi.

*e morte da Serva de Deus*, instaurado pelo Bispo da diocese. Esta fonte, absolutamente inédita, foi utilizada por Frei José Caetano na elaboração da *Vida de Soror Joana* publicada em 1762. É um interessante documento de hagiografia feminina no seu estado mais puro, antes ainda de ser sujeito aos processos de leitura e interpretação do biógrafo canónico, Frei José Caetano.

Além deste primeiro material de valor afetivo, institucional e intelectual, o jesuíta quis conservar a sua correspondência, ativa e passiva. Entre os seus papéis, encontramos apontamentos em latim e em português, sobre os mais variados assuntos: a lista de teses que defendeu enquanto teólogo, a 4 de Maio de 1759 no Colégio de Jesus (comprovando-se assim que os estudos prosseguiram, apesar das dificuldades do cerco); as alegações de um processo matrimonial em que o jesuíta tomou a defesa da sua jovem prima, Josefa Maurícia de Vasconcelos; e a correspondência trocada com familiares, amigos e religiosos, sobre os assuntos mais graves e os mais triviais da vida quotidiana do reino, na década de 50 do século XVIII.

António de Vasconcelos possuía um elevado sentido histórico das circunstâncias que vivia e parece ter assumido o papel de depositário da memória coletiva, pois deixou-nos ainda um último caderno de valor precioso para a história social e política do reino (Fig. 12): as *Cousas notáveis sucedidas em Portugal desde o ano 1750 até ....* O título ficou em aberto porque a narrativa se encontrava *in fieri* quando o autor a abandonou para esconder os documentos, antes da partida. As últimas datas referem-se a Agosto e Setembro de 1759 – já depois do decreto régio da expulsão, uma vez que os jesuítas mais novos só deixaram Coimbra a 25 de Outubro daquele ano. O último acontecimento descrito é exatamente o aviso final acerca dos procedimentos para a partida dos padres mais velhos, aviso dado na manhã de 30 de Setembro de 1759.

Esta é a peça que se encontra em pior estado de conservação e é também a única da bolsa “António de Vasconcelos” que estava envolvida apenas em papel e não em pano, provavelmente por falta de tempo para a acondicionar em invólucro menos precário. Aliás, uma das folhas deste caderno apresenta muitas lacunas e para não se perder totalmente teve de ser objeto de uma intervenção de restauro.

#### 4. Conclusões

Feita a descrição sumária dos documentos que chegaram até nós, devemos dizer que foi quase um encontro pessoal o que tivemos com esta personagem desconhecida. Ter a fortuna de receber intacto o seu legado, preservado do dano pombalino e da ruína do tempo ao longo de mais de 250 anos, foi como encontrarmo-nos com a última vontade dos prisioneiros condenados ao exílio. Conhecemos melhor a história deste homem depois de cruzarmos os nossos dados com a investigação do Padre António Júlio Trigueiros S.J., cuja tese de doutoramento esperamos ver em breve publicada<sup>7</sup>. Conhecedor como ninguém dos destinos dos jesuítas portugueses exilados, o P. António imediatamente localizou na sua base de dados o Padre António Vasconcelos.

Devemos à Sé Nova, na pessoa do Sr. Cónego Sertório, a fineza de sensibilidade que demonstrou em todo o momento. Sabedor do elevado valor patrimonial material e imaterial de que é guardião, logo reconheceu a responsabilidade de reconstituir a memória, preservá-la e dá-la a conhecer à investigação científica.

Colaborar com a Sé neste desígnio foi como realizar um acto de execução testamentária; foi como se pudéssemos travar o passo à ofensiva pombalina, cujo poder multiplicou as formas de perseguição e conseguiu durante séculos perpetuar uma dinâmica de *damnatio memoriae*.

Digitalizada a documentação graças à Fábrica da Sé, este fundo encontra-se agora à disposição da comunidade científica e é um manancial de informações inéditas para investigadores do campo da História, da Filosofia, da Literatura, do Direito, da Teologia, ou Hagiografia.

Ao fim de 250 anos de silêncio, o jesuíta António de Vasconcelos venceu a barreira do tempo e eis que se faz ouvir junto de um auditório do século XXI, a quem dá a possibilidade de reescrever a História, não já pela pena do vencedor, mas pela pena dos vencidos.

---

<sup>7</sup> *Os Jesuítas Portugueses exilados nos Estados Pontifícios no período pombalino e pós-pombalino*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017 [Dissertação de Doutoramento].



Fig. 1 – Igreja do Colégio de Jesus; Altar da Coroação e Assunção da Virgem.  
Os achados encontravam-se na face posterior das duas colunas interiores.



Fig. 2 – Caixa e crucifixo de marfim envolvido em estopa.



Fig. 3 – Bolsa de serapilheira identificada com o nome de António de Vasconcelos e contendo cinco envelopes.



Fig. 4 – Bolsa que continha o espólio pessoal do jesuíta António de Vasconcelos.



Fig. 5 – No interior da bolsa de serapilheira, 5 envelopes identificados pelo monograma AV.



Fig. 6 – Macete de cartas atadas por cordel. Na face exterior lê-se “Somente o Superior deve ter estas cartas em Coimbra”.

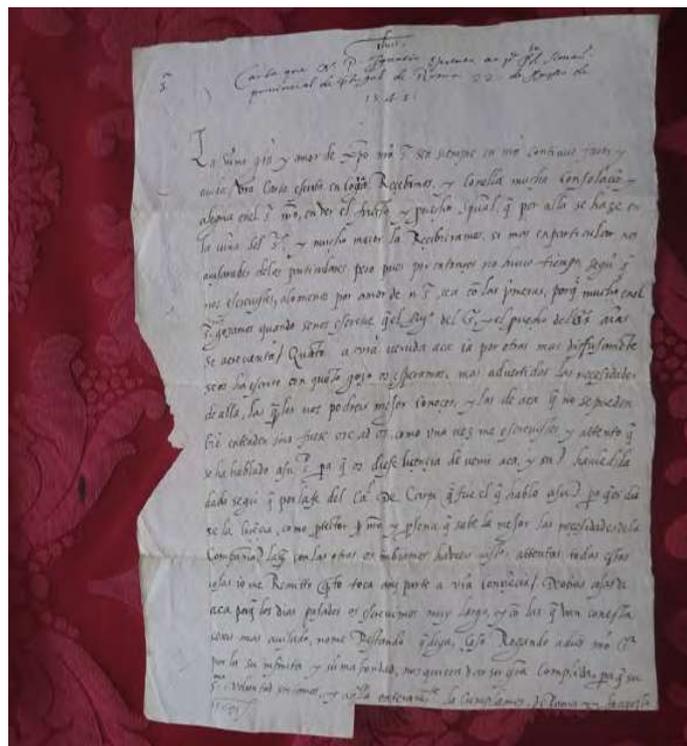


Fig. 7 – Carta autógrafa de Santo Inácio ao Padre Simão Rodrigues, de 22 de Agosto de 1545. Por devoção, alguém recortou a assinatura do autor da carta.



Fig. 8 – *Conclusiones Theologiae*. Três conjuntos de *Conclusiones* ou *Theses* defendidas em Coimbra em 1652, que opuseram Jesuítas e Dominicanos na célebre controvérsia *De Auxiliis*.



Fig. 9 – Notação manuscrita sobre a folha de rosto a identificar a origem do volume *Conclusiones*.

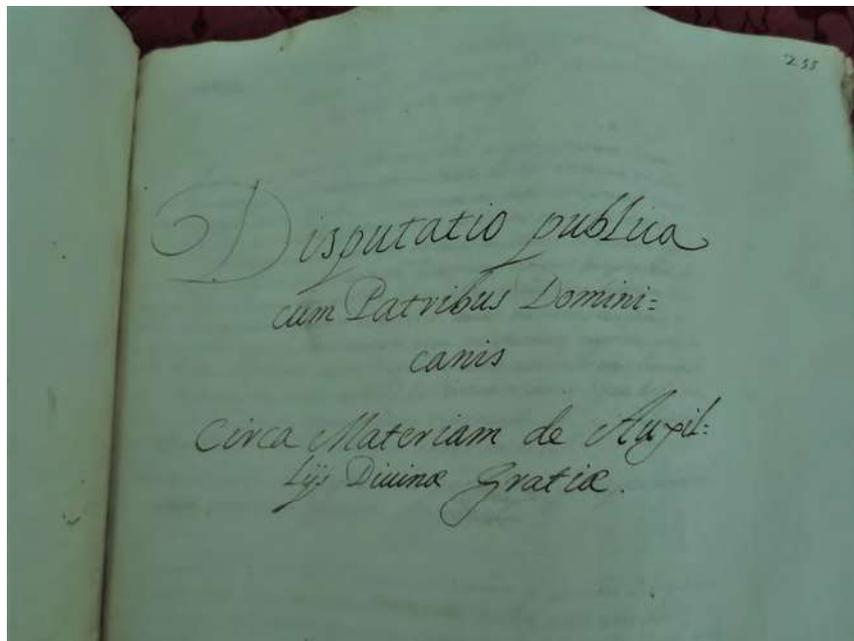


Fig. 10 – *Conclusiones Theologiae*, p. 255: *Disputatio publica cum Patribus Dominicanis circa Materiam de Auxilij Diuinae Gratiae.*

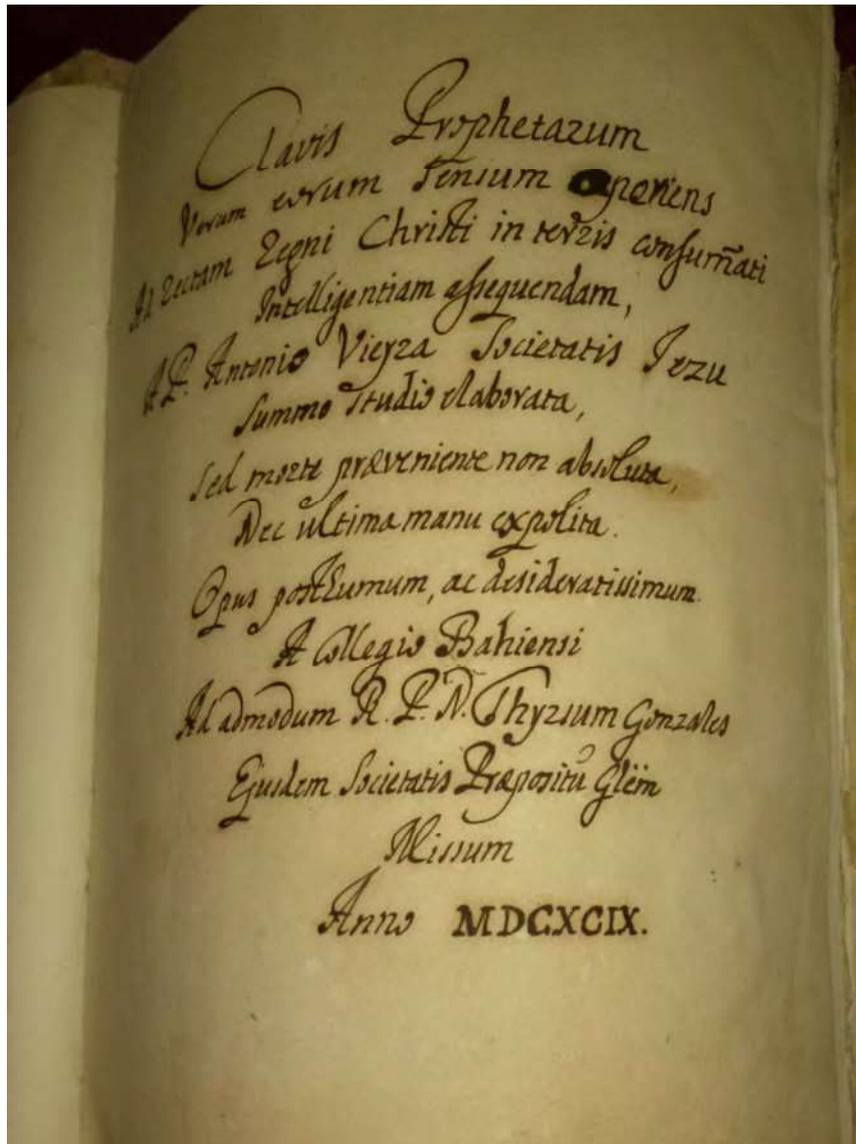


Fig. 11 – P. António Vieira, *Clavis Prophetarum*. Página de título.



## Bibliografia

- Barros, André de, 1736, *Vozes Saudosas, da eloquência, do espírito, do zelo e eminente sabedoria do Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus, [...] Pregador de Sua Majestade, e Príncipe dos Oradores Evangélicos: Acompanhadas Com hum fidelíssimo Echo, que sonoramente resulta do interior da obra Clavis Prophetarum*. Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues.
- Caeiro, José, 1995, *História da Expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal*, trad. do original latino J. Morais e J. Leite, revisão e notas de A. Leite, Editorial Verbo, vol. III, 1995.
- Caetano, Frei José, 1762, *Memórias da vida e virtudes da serva de Deus Soror Maria Joana, religiosa do Convento Real do Santíssimo Sacramento do Louriçal da primeira Regra de S. Francisco oferecidas à Sereníssima Senhora D. Maria ... Joana, Princesa do Brasil, e Duquesa de Bragança ...* Lisboa, Na officina de M. Rodrigues.
- Malagrida S.J., Gabriel de, 1756, *Juízo da Verdadeira Causa do terremoto que padecio a Corte de Lisboa no primeiro de Novembro de 1755*. Lisboa, nas Oficinas de Manoel Soares.
- Pereira Gomes S.J., João, 1961, "As teses e o problema da sua autoria" *Brotéria* 73: 397-427.
- Roque Cabral S. J., 1999, "Teologia e Filosofia dos Jesuítas em Portugal", *Didaskalia* 20: 185-187.
- Trigueiros S. J., P. António Júlio Limpo, 2017, *Os Jesuítas Portugueses exilados nos Estados Pontifícios no período pombalino e pós-pombalino*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017 [Dissertação de Doutoramento].
- Vasconcelos, António de, 1939 "Os Colégios universitários de Coimbra (fundados de 1539 a 1779)" *Biblos* XV: 1-169.